



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

lam-1

Processo n.º : 10880.034429/91-33
Recurso n.º : 115.902
Matéria : IRPJ - Ex.: 1989
Recorrente : CREFIPAR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
Recorrida : DRJ em SÃO PAULO-SP
Sessão de : 19 de março de 1998
Acórdão n.º : 107-04.850

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO - NOTIFICAÇÃO ELETRÔNICA DE LANÇAMENTO SUPLEMENTAR - NULIDADE - É nula a notificação de lançamento suplementar que não preencha os requisitos formais indispensáveis previstos no Decreto n.º 70235/72, artigo 11, I a IV e § único.

Lançamento nulo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CREFIPAR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DECLARAR a nulidade de Lançamento, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

MARIA ILCA CASTRO LEMOS DINIZ
PRESIDENTE

FRANCISCO DE ASSIS VAZ GUIMARÃES
RELATOR

FORMALIZADO EM: 20 ABR 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros PAULO ROBERTO CORTEZ, NATANAEL MARTINS, ANTENOR DE BARROS LEITE FILHO, EDWAL GONÇALVES SANTOS, MARIA DO CARMO SOARES RODRIGUES DE CARVALHO e CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES.

Processo n.º : 10880.034429/91-33
Acórdão n.º : 107-04.850

Recurso nº : 115.902
Recorrente : CREFIPAR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

RELATÓRIO

Trata o presente de recurso voluntário da pessoa jurídica acima nomeada que se insurge contra o decidido pela autoridade julgadora singular, face a notificação eletrônica de lançamento suplementar.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, cursive-like mark that appears to be a single character or a very short word, possibly 'P' or 'A', followed by a vertical line.

Processo n.º : 10880.034429/91-33
Acórdão n.º : 107-04.850

VOTO

Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS VAZ GUIMARÃES, Relator

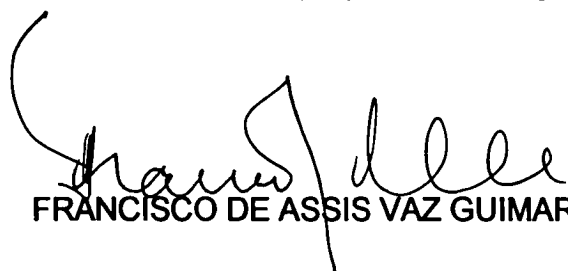
Tal espécie de lançamento, como já reiteradamente decidido nesta Câmara, tendo como “leader case” o Acórdão n.º 107-03.122, de nossa lavra, é nulo porquanto não observa os preceitos do artigo 142 do CTN e do Decreto n.º 70235/72, artigo 11.

Além do mais, o Secretário da Receita Federal, procurando dar uma adequada estruturação a essa espécie de lançamento, fez baixar a IN n.º 54 de 13.06.97.

Por todo exposto tomo conhecimento do recurso por tempestivo, ao mesmo tempo que declaro nulo o lançamento suplementar.

É como voto

Sala das Sessões (DF), 19 de março de 1998.


FRANCISCO DE ASSIS VAZ GUIMARÃES

Processo n.º : 10880.034429/91-33
Acórdão n.º : 107-04.850

INTIMAÇÃO

Fica o Senhor Procurador da Fazenda Nacional, credenciado junto a este Conselho de Contribuintes, intimado da decisão consubstanciada no Acórdão supra, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 44, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 55, de 16 de março de 1998 (D.O.U. de 17/03/98)

Brasília-DF, em 05 MAI 1998


FRANCISCO DE SALES RIBEIRO DE QUEIROZ
PRESIDENTE

Ciente em 21 MAI 1998


PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL